

Mudanças Vividas pelos Pescadores Profissionais de Guaíra/PR: A Constituição de um Sujeito Coletivo

Cátia Franciele Sanfelice De Paula

Resumo: Este artigo busca discutir a constituição dos pescadores profissionais de Guaíra/PR em sujeito coletivo através da imprensa local, a partir das mudanças vivenciadas por esses trabalhadores em relação aos seus modos de vida e de trabalho. Tais mudanças foram provocadas pela formação do lago de Itaipu e pela abertura de um canal de navegação no Rio Paraná, responsáveis diretos pela diminuição, mortandade e contaminação de várias espécies de peixes. Primeiramente, com a formação do lago de Itaipu, ocorrida no início da década de 80, os pescadores se viram obrigados a viver novas relações de produção à medida que o lago modificou a realização da pesca e as espécies de peixe até então presentes no rio e objeto do trabalho daqueles pescadores. Logo em seguida, no final da mesma década, em 1989, os pescadores enfrentaram a ameaça do derrocamento de um grande trecho do rio Paraná devida à “necessidade” de tornar o rio navegável de modo a dinamizar a economia local. Uma vez mais os pescadores desconfiaram que seriam prejudicados pela obra “modernizadora”. Atentos a este evento eles pressionaram o DER fazendo-o vir a público explicar os prováveis desdobramentos no que se referia aos peixes e à sobrevivência dos pescadores. Naquele momento, os pescadores mostraram-se como um sujeito coletivo, articulados juridicamente e com argumentos qualificados sobre as conseqüências daquela obra. Apesar de impedirem e adiarem a obra, em 96 os pescadores tiveram que enfrentar novamente a proposta de derrocamento e, diferentemente do que ocorreu em 1989, suas formas de luta não obtiveram êxito contra a realização da obra. No entanto, a atuação coletiva dos pescadores foi capaz de colocá-los em evidência na agenda do Estado, particularmente de Itaipu, que recentemente vem criando projetos que aparentemente visam amenizar os problemas sociais vividos pelos pescadores. No ano de 1997, apesar de conseguirem uma indenização no valor de R\$3.123,00 do DER devida ao fato de ter interrompido a atividade pesqueira por período contínuo decorrente das explosões que abriram e aprofundaram um trecho do rio Paraná, o DER não cumpriu a promessa de indenização complementar, devido os danos provocados à pesca. Essa questão se tornou uma bandeira de luta dos pescadores, e acabou se tornando também responsável pela divisão dos mesmos a partir de 1999, quando um grupo de pescadores iniciados na profissão após o derrocamento criaram uma expectativa de direito em torno do recebimento da indenização. Passados quinze anos desde o derrocamento, os pescadores continuam lutando pelo recebimento da indenização, além do fato de que atualmente o governo federal juntamente com o governo estadual e municipal desconsiderando os efeitos sofridos pela pesca, continuam apostando na proposta de ampliação do canal de navegação, a fim que possibilite a construção de uma hidrovia. Mais uma vez ameaçados, os pescadores buscam juridicamente impedirem o processo de licenciamento ambiental que possibilite a realização de tal obra. Nesse sentido tentamos nesse artigo compreender os pescadores profissionais de Guaíra como um movimento social, organizado a partir da luta pela preservação do Rio Paraná como meio de trabalho e sobrevivência. Nesta direção recorreremos as considerações teóricas de Hobsbawm acerca do processo de constituição e do fazer-se das classes sociais e, de Thompson sobre a experiência social.

Palavras chave: Pescadores, Trabalho, Guaíra, movimento social.

Este artigo busca discutir a constituição dos pescadores profissionais de Guaíra/PR em sujeito coletivo através da imprensa local, a partir das mudanças vivenciadas por esses trabalhadores em relação aos seus modos de vida e de trabalho. Tais mudanças foram provocadas pela formação do lago de Itaipu em 1982 e pela abertura de um canal de navegação no Rio Paraná em 1996, durante a construção da Ponte Ayrton Senna.

A partir dos impactos causados por tais construções, a atividade pesqueira do município vem sofrendo grandes prejuízos e os pescadores têm vivido significativas mudanças em seus modos de viver e trabalhar. Por isso, tais questões são trabalhadas no intuito de identificar como os pescadores têm vivido e enfrentado essa realidade.

Os pescadores profissionais de Guaíra são organizados em torno de uma colônia de pescadores, a colônia Z13 criada em 1967. Segundo o atual presidente, a colônia é composta atualmente por 758 pescadores. Esses pescadores realizam o trabalho na pesca de forma autônoma, juntamente com seus familiares, com seus próprios equipamentos e, não mantém nenhum tipo de vínculo empregatício, embora alguns pescadores entrevistados desenvolvam outras atividades de ganho como forma de complementarem suas rendas.

As mudanças vividas pelos pescadores se devem a dois momentos distintos. Por isso primeiramente destacamos as conseqüências decorrentes da formação do lago de Itaipu e, posteriormente, os danos causados a atividade pesqueira devido às explosões ocorridas no lago provocadas pela abertura do canal de navegação.

A formação do lago de Itaipu ocorreu em 1982, a partir do alagamento das Sete Quedas para construção da Hidrelétrica de Itaipu. A implantação da Itaipu estava diretamente ligada à política de industrialização e desenvolvimento do país, que vivia sob um regime de ditadura militar, em que o Estado patrocinava grandes projetos, dentre eles a construção da Hidrelétrica. A formação do lago de Itaipu provocou transformações drásticas no cotidiano das pessoas a partir da inundação sobre áreas urbanas e rurais, juntamente com a desapropriação de terras. Para os pescadores artesanais esse fato foi responsável por uma grande perda econômica que só aumentou ao longo dos anos.

Com a formação do lago várias espécies nobres de peixes como o pintado, dourado e jaú desapareceram devido ao fato de serem espécies que necessitam de água corrente para procriarem, não se adaptando ao lago. Outro problema verificado após a formação do lago reside em mudanças sofridas pelos pescadores nas suas relações com o rio, já que o conhecimento e os costumes que tinham em relação a ele perderam sua utilidade diante da nova realidade vivida. Pescar como antes se fazia torna-se impossível. Os peixes que faziam a sorte dos pescadores desapareceram e as espécies que melhor se adaptam ao lago não sustentam os pescadores. No lugar de peixes “nobres” têm-se agora cascudos, armados, curvinas, piaus, pacus, etc.

Devido as alterações provocadas no ambiente aquático, esse sofreu uma série de interferências nos ciclos naturais, sendo que esses possuem significados importantes para os pescadores. A apropriação da natureza pelos pescadores nesse sentido, passou por mudanças no que diz respeito à construção do conhecimento através da lida com a pesca e as leituras dos fenômenos naturais. Diante de tais modificações os pescadores precisaram se adaptar para continuar exercendo o ofício sem, no entanto, conseguir elaborar novos costumes pelo fato de o rio estar em constantes mudanças.

Juntamente com as mudanças em seu modo de trabalhar, os pescadores também vivem mudanças significativas em seu modo de viver. Antes não havia a preocupação se iriam ou não conseguir seu sustento pela certeza que tinham de encontrar no rio a produção necessária para sua sobrevivência. Hoje, devido ao fato de a produção de peixes ter diminuído consideravelmente, os pescadores precisam trabalhar bem mais que em tempos anteriores. Além disso, necessitam se deslocar para diversos lugares a uma distância bem maior do que estavam acostumados a percorrer em busca do pescado. Isso faz com que fiquem bem menos

tempo com suas famílias, já que ocupam mais tempo com o trabalho. Além disso, necessitam desenvolver outras atividades como forma de complementar suas rendas.

Outro problema apontado pelos pescadores é o fato de a Itaipu, todos os anos na época da desova (a chamada piracema), rebaixar o nível do lago. Isso faz com que haja uma queda no estoque pesqueiro, uma vez que o nível baixo do lago dificulta a desova dos peixes e compromete a sua produção futura. Em decorrência disso, formam-se muitas lagoas que acabam secando e matando matrizes, sem considerar a perda de grande quantidade de moluscos que servem de alimentos para várias espécies de peixes.

Porém, os danos sofridos pelos pescadores não se restringem apenas a Hidrelétrica de Itaipu. Outro problema se relaciona às explosões efetuadas a partir de 1996 para a abertura de um canal de navegação no rio Paraná. Para que houvesse a construção do canal de navegação foram necessárias as explosões em todo o percurso do canal e na área localizada abaixo da ponte devido a necessidade de aumentar a profundidade do rio Paraná.

As explosões efetuadas para a abertura do canal de navegação foram responsáveis diretas pela contaminação e mortalidade de 80%ⁱ dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões no lago. O órgão responsável pelas explosões no lago foi o Departamento de Estrada e Rodagem (DER). Essas explosões foram efetuadas para que fosse possível a abertura de um canal de navegação no Rio Paraná tendo como objetivo o transporte fluvial que ligasse as regiões Sul e Sudeste de modo a interligar outras regiões. Esse objetivo fazia com que se justificasse qualquer espécie de obra no Rio Paraná, cuja intenção era a constituição de uma rede que integrasse o transporte ferroviário (Ferroeste) e o transporte viário (com a conclusão da Ponte Ayrton Senna).

A obra de abertura do canal de navegação foi denominada “derrocamento” e consistiu na quebra de pedras situadas no fundo do rio, a fim de aumentar a capacidade de transporte, com o objetivo de tornar o Rio Paraná navegável. O trabalho de derrocamento teve uma duração de três meses e, durante este período (que inclui a piracema), o DER conseguiu uma licença ambiental para executar as explosões e as obras. O derrocamento alterou o fundo do Rio Paraná e impossibilitou a reprodução de cascudos naquela região devido à modificação do habitat natural da espécie. Além disso, os poucos peixes restantes desta espécie foram contaminados por substâncias químicas, tornando impróprio seu consumo e, com isso, sua comercialização. Segundo a Universidade Estadual de Maringáⁱⁱ, que mantém um grupo de pesquisa em Guaíra desde 1987, foi constatado em seus estudos que os poucos cascudos existentes estão contaminados por substâncias químicas e apresentam uma carne gelatinosa, diferente da qualidade de outrora.

Além do cascudo, outras espécies “nobres” de peixes como o pintado, a piapara, dourado, Jaú, que eram comuns na região, também ficaram escassas pelo fato de essas espécies precisarem de água corrente para procriar, não de adaptando ao lago. Diante de tais mudanças vividas pelos pescadores profissionais de Guaíra evidenciamos pela imprensa local (Jornal Ilha Grande e Jornal Rio Paranaíba), a constituição dos pescadores em sujeito coletivo. Pelo fato de a formação do lago e do derrocamento terem sido bastante noticiados na imprensa local, buscamos identificar como as questões relacionadas aos pescadores eram noticiadas, frente aos possíveis danos que tais obras viessem causar. Primeiramente, nas reportagens relacionadas à formação do lago a imprensa não ocultou os possíveis danos que o desaparecimento das Sete Quedas causaria no meio ambiente, embora tenha feito silêncio no período sobre os desdobramentos de tais danos sobre os pescadores. Percebe-se que no período a preocupação estava centrada nos danos que a formação do lago causaria em relação a natureza e os animais, porém os danos que os pescadores poderiam sofrer foi ocultado.

Após a formação do lago, embora a imprensa não noticiasse os pescadores como sujeitos do processo, avaliou suas condições de vida, ao evidenciar o fato de que os pescadores saíram prejudicados com as moradias recebidas pela empresa Eletrosul “em troca

das suas cabaninhas na beira do rio Paraná”ⁱⁱⁱ. No geral, nota-se que os pescadores não eram noticiados como sujeitos históricos e, quando apareciam era a imprensa falando por eles. No entanto em 1989, os pescadores passaram a serem noticiados, em uma reportagem sobre a audiência pública^{iv} sobre o derrocamento em que os mesmos se colocaram contrários a realização da obra. Nesse período percebemos através da imprensa o início da constituição dos pescadores enquanto sujeitos coletivos, ou seja, aqueles que se organizaram a fim de impedir algo que lhes prejudicariam.

A partir desse período os pescadores tiveram um salto em relação a visibilidade na imprensa. Esta visibilidade pode ser explicada por dois fatores. No período de 1989 os pescadores desfrutavam através da colônia, certa autonomia conquistada a partir da Constituição de 1988. Nesse momento os pescadores, juntamente com a pastoral da Pesca, alcançaram a equiparação das colônias aos estatutos dos sindicatos. Antes disso segundo Eduardo S. existia “uma dupla estratégia, do Estado e do capital, para com os pescadores, ou seja, atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais” (CARDOSO, E.). Esta forma de representação de organização dos pescadores permaneceu até a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com Eduardo S:

Este momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca. A partir daí e ao longo das últimas duas décadas, o estabelecimento de um conjunto de políticas de financiamento da produção, preservação ambiental e gestão do território em varias esferas do governo, por vezes demanda a interlocução com os pescadores artesanais ou seus representantes, criando alguns canais de interlocução. (CARDOSO, E. 2009, p. 9)

Acreditamos que a autonomia dada às colônias de pescadores a partir de 1988 tenha repercutido na colônia Z13 de Guairá no sentido de possibilitar a organização dos pescadores num momento que coincidiu com a necessidade que esses trabalhadores tinham de colocar suas reivindicações e expor os problemas que o projeto de derrocamento em 1989 causaria a atividade pesqueira no município. Além da autonomia conquistada pelas colônias de pescadores, naqueles período os pescadores possuíam como presidente da colônia Z13 também um parlamentar que ocupava o cargo de vereador. Em 1989, a posição dos políticos locais, da mesma forma que os pescadores, era contrária a realização da obra. Isso pode ser explicado pelo fato de que, segundo os pescadores, a pesca compreendia na época uma importante fonte de renda e emprego ao município, o que possibilitava renda, emprego e a dinamização do comércio local.

Nesse período os pescadores tiveram uma importância significativa na audiência pública a ponto de conseguirem impedir e adiar a discussão sobre o derrocamento, ganhando visibilidade no jornal como aqueles que seriam atingidos pelas mudanças que afetariam o rio e a pesca. Como em 1989 o projeto de derrocamento não teve êxito, no final de 1995^v o governo federal propôs negociações com o município de Guairá. As promessas do governo federal à Guairá era a de que a cidade seria transformada na maior estação aduaneira da Região Sul do país, com vistas a atender o Mercosul, tanto nas operações de importação, quanto de exportação, garantindo o trânsito aduaneiro, bem como a conclusão da Ferroeste, que até hoje vem sendo discutida.

Embora em 1996 a imprensa noticiasse o posicionamento contrário dos políticos locais a obra de derrocamento, ao noticiar também as negociações propostas pelo governo federal e do Estado, deixou transparecer a mudança de posicionamento que tiveram os políticos locais. Quanto aos pescadores, por se apresentarem no período como um grupo unido e mobilizado em torno da preservação do Rio Paraná, era preciso contê-los. Desta forma o governo propôs o ressarcimento negociado por um juiz local, como se fosse dele, a determinação de realizar a obra, embora estivesse atendendo a interesses políticos.

Quanto aos políticos locais, esses não deixaram transparecer que haviam mudado de posição, demonstrando que a decisão favorável ao derrocamento teria sido uma decisão democrática e, não apenas de políticos e de empresários locais. No entanto, por mais que a imprensa noticiasse no período várias reuniões que foram realizadas com o objetivo de esclarecer a população sobre o que seria o derrocamento, os pescadores não apareceram em tais reportagens.

Isso se deve ao fato de que antes mesmo da realização de tais reuniões e da audiência pública, os pescadores já haviam sido convocados para uma reunião, em que sentiram-se ameaçados caso tentassem impedir o derrocamento. A reunião realizada no fórum pelo juiz local ficou restrita aos pescadores, o que revela o desconhecimento da sociedade sobre a mesma e a intencionalidade dessa em não ser noticiada pela imprensa. A existência dessa reunião ainda permite a suposição de que dentre os setores da sociedade os pescadores se apresentavam como uma ameaça a realização da obra. Por isso já que se colocavam contrários ao derrocamento a alternativa encontrada foi impor um possível ressarcimento.

Já a existência de outras reuniões com lideranças e outros setores da sociedade guairense serviu como um suposto esclarecimento, um momento de informação e de discussão sobre o projeto que já estava acordado. As condições para a realização da obra nesse sentido aparecem como resultado das reuniões realizadas com os setores da sociedade e não como reivindicações do município. Diante desse contexto percebemos que em 1996, os pescadores foram submetidos a uma imposição. A imprensa ao tentar passar uma imagem harmônica sobre o caso, noticiou que a realização da obra teria sido negociada entre município e governo federal de forma legal, aparentemente democrática, de conhecimento de toda a população e que os pescadores também estariam de acordo.

No entanto em relação aos pescadores os políticos locais tentaram passar uma imagem de neutralidade diante do caso. Entendido desta forma a decisão de realizar a obra de derrocamento não poderia ser questionada uma vez que havia sido determinada pelo poder judicial. Como os pescadores, os políticos locais tentaram passar por vítimas nesse processo. Quanto aos pescadores o fato de desconfiarem que o município e outros poderes não estariam envolvidos no processo de negociação e de que também estavam impotentes diante da situação não lhes restou outra saída senão aceitarem o ressarcimento proposto.

Porém esta questão demonstrou, por outro lado, que a organização dos pescadores no período colocava-se, como em 1989, uma ameaça à realização da obra. Sabendo disso seus idealizadores trataram conter o movimento, de forma sigilosa, dando a esse processo um ar de perfeita harmonia. Além disso os pescadores foram porta vozes em relação às “melhorias” para a cidade, que os políticos locais queriam em troca a obra de derrocamento, como a construção de um porto. Porém, tais “melhorias” não foram realizadas e, atualmente os políticos locais discutem a realização de uma plataforma logística (implantação dos modais aéreo, hidroviário, rodoviário e ferroviário), que nada mais é do que o cumprimento das promessas feitas em 1989 e, posteriormente, em 1996, para que fosse possível a obra de derrocamento. A única diferença está em relação à “modernização” do termo, antes porto hidroviário e ferroviário e hoje plataforma logística. No entanto a condição para a concretização dessa plataforma logística está na ampliação do canal de navegação, o que possibilitará a integração com a Hidrovia Paraná – Tiete, porém, maiores danos à pesca e aos pescadores.

Naquele período de 1989, ao menos que indicasse o jornal, não havia indícios de que algum político local, além do presidente da colônia, fosse contrário ao derrocamento. Ou seja, o derrocamento já estava decidido antes mesmo da audiência pública, justificado por algumas “melhorias” à cidade e pelo pedido de indenização aos pescadores através do discurso de que os impactos seriam mínimos causando menos danos ao meio ambiente.

A audiência pública nesse sentido compreendeu apenas um cumprimento da legislação ambiental, e não um espaço de debate como noticiado pela imprensa. Na ocasião o representante do DER e responsável pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), na presença de “pescadores e líderes da região”^{vi}, propuseram a realização de estudos com o objetivo de identificar quais medidas ser necessárias para evitar a “o impacto letal sobre os peixes”. A medida principal foi o estabelecimento de um convênio com a Universidade Estadual de Maringá e Itaipu, que informaria sobre “as providências necessárias a serem tomadas para minimizar esse impacto”. Ou seja, não havia no momento da audiência um prognóstico preciso sobre os impactos ambientais nem tampouco sobre as interferências que a obra causaria a pesca.

Isso em certa medida pode ser explicado pelo fato de que talvez mais importante do que esse esclarecimento ao público presente, em especial aos pescadores, estavam as projeções que o governo do Estado apostou com a realização desta obra em Guairá. Ao referirem-se aos impactos da construção do canal de navegação os pontos positivos projetados na obra sufocou qualquer outro efeito negativo que se colocasse como empecilho para a sua realização. De qualquer modo, o ponto mais ressaltado na posição do representante do DER voltou-se para as melhorias a serem conseguidas com o derrocamento e a construção da ponte e da hidrovía. Mesmo admitindo a probabilidade de danos ao meio ambiente (que seriam minorados a partir de uma intervenção de especialistas – UEM e Itaipu), o representante do DER reafirmou a necessidade da obra como forma de “transformar a região numa importante via de escoamento da produção agrícola”, o que geraria muitos empregos.

Na arquitetura daquele evento os pescadores apareceram ao lado dos “líderes da região” numa encenação organizada cujo resultado, na opinião do jornal, seria o esclarecimento das dúvidas apresentadas relativamente a tal obra. Na reportagem o jornal indicou ter havido uma pacificação da situação. De modo sutil passou-se a impressão de que os pescadores foram “esclarecidos” sobre os possíveis danos que a obra do derrocamento iria causar.

Durante o período os pescadores tiveram danos que foram reconhecidos e “reparados” por meio de indenização paga pelo DER no valor de R\$3.123,00 para cada pescador, (num total de R\$ 786.750,00, setecentos e oitenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais), porque estavam proibidos pelo Ibama de pescar por 12 meses. Esse valor compreendeu a primeira parcela do valor acordado entre os pescadores e o juiz. Ficou ainda acertado que o DER pagaria a indenização complementar após a realização de estudos que avaliassem os prejuízos sofridos. Com os estudos prontos desde 97 e sem o pronunciamento do DER os pescadores entraram na justiça pleiteando uma indenização complementar no valor de R\$ 3.147 milhões^{vii}.

No entanto, o DER contestou o valor justificando que os pescadores já haviam recebido indenização pelo tempo que ficaram privados de efetuarem a atividade, mas que não ficaram proibidos de pescar depois desse período e que, portanto, não cabia indenização. Considerado pela justiça improcedente o pedido de indenização os pescadores novamente contestaram afirmando que as explosões ocorreram na época da piracema e que, portanto, isso ocasionou prejuízos aos pescadores, cabendo nesse sentido indenização. Não havendo acordo os pescadores tornaram a recorrer por uma terceira vez, quando o Ministério público deu o parecer favorável aos pescadores, mas com valor menor do que os pescadores haviam pleiteado, de R\$1.573.500,00. O advogado dos pescadores novamente recorreu a fim de que a justiça revesse esse valor. Foi então considerado pelo juiz que além do derrocamento outros fatores também tiveram papel considerável em relação à diminuição do estoque pesqueiro como assoreamento do rio, a poluição de agrotóxicos trazidos das lavouras, por outros tipos de poluentes jogados no rio, pela pesca predatória e pelo aumento do número de pescadores.

Nesse sentido a indenização a ser paga aos pescadores ficou estabelecida no valor de R\$ 2.077.020,00^{viii}.

Esse processo esteve na justiça desde 1998 e, só em 2005 recebeu parecer favorável aos pescadores. A imprensa e muitos pescadores afirmam que o fato de o DER não ter se pronunciado em relação à indenização complementar em 1998 deve-se à irregularidades em relação a quem tinha ou não o direito a mesma. De acordo com informações divulgadas pelo jornal Ilha Grande em 1998, o fato de o restante do valor não ter sido pago se deve a uma alegação de que muitas pessoas que não exerciam o ofício na época do derrocamento, mas que por terem feito a carteira de pescador tenham recebido o primeiro pagamento. Esse ato foi considerado indevido pela justiça que bloqueou o restante do dinheiro.

Devido a essa alegação muitos pescadores dizem terem sido prejudicados por terem ficado sem receber qualquer valor até hoje. Como o derrocamento ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 1996 e no mês de julho de 1997, todos os pescadores que fizeram carteira de pescador após esse período tiveram o direito a indenização questionado por outros pescadores que já pescavam, uma vez que iniciaram na profissão após ter ocorrido a obra. No entanto, muitos desses pescadores receberam a primeira parcela da indenização, diferentemente de outros pescadores que já exerciam a profissão e alegam não terem recebido. Porém, o conflito pelo direito a indenização se intensificou a partir de 1999, quando a colônia teve uma troca de presidente e com ela os pescadores afirmam ter havido um aumento significativo de pescadores associados à colônia.

A partir desse período os pescadores se dividiram formando dois grupos com interesses distintos. De um lado os pescadores que já exerciam a profissão antes do derrocamento afirmam serem os únicos que possuem direito à indenização. De outro lado os pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento, os quais vêm desde esse período realizando diversas manifestações e reivindicações com o intuito de terem o direito a indenização garantido. Segundo os pescadores mais antigos essa questão é responsável pelo problema do não recebimento da indenização ainda hoje. O fato de o número de pescadores ter aumentado significativamente tornou-se para eles um empecilho ao recebimento da mesma já que eles discordam dividir o valor estipulado pela justiça com os pescadores mais novos.

Longe de um grupo homogêneo como apresenta a imprensa, a disputa política entre os pescadores construída a partir da expectativa de direito por parte daqueles que não exerciam a profissão antes do derrocamento pode ser explicada por uma série de fatores. O fato de haver a possibilidade de ter garantido o direito a indenização sem dúvida nenhuma foi um forte fator para que várias pessoas fizessem suas carteiras de pesca. No entanto, o aumento significativo de pescadores decorrente desse fato pode ser entendido também como uma consequência da falta de condições no município, o que levou muitas pessoas a prática da pesca profissional, uma vez que esta se apresenta como uma alternativa de trabalho e sobrevivência de muitas famílias.

Aliada a essa questão a possibilidade de obter a carteira de pescador no município propicia além da regularização profissional, o acesso a determinados direitos como o seguro desemprego e a possibilidade de indenização e, também, como apontou vários pescadores entrevistados, serve como um alibi utilizado por muitas pessoas que ao invés de exercerem a profissão de pescador vem nos últimos tempos se infiltrando em atividades consideradas ilícitas. Nesse sentido possuir uma carteira de pescador vem assumindo outros significados que não o de regularização da profissão.

Por esse motivo os pescadores anteriores ao derrocamento contestam qualquer forma de mobilização realizada pelo segundo grupo de pescadores, deslegitimando-os. A cada manifestação realizada na ponte Ayrton Senna, o DER como forma de liberar o trânsito propõe negociações. No entanto os acordos propostos não são cumpridos. Nesse sentido o

conflito gerado a partir da expectativa de direito pela indenização acaba por provocar uma descaracterização por parte dos pescadores antigos aos pescadores mais novos.

Mesmo o juiz tendo dado o parecer favorável aos pescadores em 2005, a indenização continua sem ser paga. Uma das possibilidades de explicação para o caso pode ser pelo fato de que os pescadores anteriores ao derrocamento ao não aceitarem dividir o valor da indenização, entraram na justiça para que somente eles a recebam. A outra hipótese deve-se ao fato de que o DER questiona na justiça o valor estipulado pela justiça. Em 2005, a justiça determinou o valor da indenização no valor de R\$ 2.077.020,00, como um valor que teria que ter sido pago em 1998. Portanto, com os ajustes esse valor em 2005 se aproximava em R\$ 9 milhões.

Além do questionamento do DER quanto ao valor a ser pago, há ainda o questionamento dos pescadores mais antigos, contra o pagamento da indenização a todos os cadastrados na colônia, os quais exigem a averiguação do caso pela justiça. Enquanto o problema do aumento de carteiras não se resolve, o DER ganha tempo quanto ao pagamento da indenização. Outro problema proveniente desse caso, se refere a disputa pela presidência da colônia, já que todos os pescadores, independente de exercerem ou não a profissão, possuem o direito ao voto, o que faz com que os pescadores mais antigos (minoría) se sintam numa posição desfavorável em relação ao grupo que está no poder.

Diante de todas essas questões os pescadores da colônia Z13, longe de formarem um grupo harmônico e homogêneo, se apresentam como dois grupos que antagonizam pelo menos no que se refere à divisão da indenização e, portanto, na constituição da identidade de pescador. A falta de pagamento da indenização pelo DER em 1998 parece ter sido um elemento que tenha contribuído para essa divisão. Nesse contexto além dos problemas advindos do derrocamento, a falta de indenização provocou disputas em torno da expectativa de direito em recebê-la e só a dificultaram ainda mais.

O derrocamento nesse sentido causou e ainda vem causando grandes prejuízos, principalmente para os pescadores que viviam da pesca quase que exclusiva do cascudo (uma espécie de peixe que se reproduz em águas correntes e de fundo pedregoso), afetando drasticamente a vida desses pescadores e seus familiares. Segundo o juiz de Direito da comarca de Guairá, Christian Leandro Pires de Camargo Oliveira^{ix}, o derrocamento retirou as áreas propícias à reprodução da espécie. Embora as “famílias de cascudeiros”, como são chamadas, tenham também como meio de sobrevivência outras espécies existentes no lago, porém escassas, era do cascudo (40 quilos por dia em média) que retiravam sua maior fonte de renda responsável. Este mesmo juiz sentenciou.

No entanto, embora o direito pela indenização tenha sido produto de um acordo com os pescadores, percebe-se que ele não é algo conseguido facilmente, mas fruto de lutas e disputas. Mesmo com seu direito reconhecido juridicamente ele vem sendo motivo de disputas. Isso demonstra que o direito enquanto discurso está longe da realidade vivida e é por meio de lutas que os pescadores têm tentando ao longo desses anos materializa-lo. Com a formação do lago ou com o canal de navegação percebemos que os interesses que envolveram tais obras apenas contabilizaram o “progresso” e o “desenvolvimento”, porém não para os pescadores.

A partir de 1997, diferentemente das reportagens que denunciavam a diminuição da pesca devido a formação do lago e que não colocavam os pescadores como aqueles que foram atingidos com tal obra, percebe-se que além da denúncia referente aos danos sofridos pela pesca, os pescadores passaram a serem noticiados como sujeitos desse processo. Isso demonstra que a visibilidade dada aos pescadores pela imprensa em 1989 se estendeu mesmo depois que a obra de derrocamento tivesse sido realizada. Chama atenção o fato de que pouco tempo após o derrocamento a repercussão na imprensa dos danos ambientais por ele causados não foi ocultada. Ao contrário, a denúncia feita pelo jornal não se relacionava apenas aos

danos ambientais, mas também ao fato de que o DER deveria cumprir com o acordo de indenização aos pescadores. Essas questões nos levam a considerar que os pescadores nesse período mesmo não tendo conseguido impedir o derrocamento, eles constituíam um grupo organizado a ponto de o jornal noticiar os danos por eles sofridos.

Todas essas questões permitiram evidenciar a constituição dos pescadores em sujeito coletivo por volta de 1989, quando se apresentaram de maneira organizada, expressando uma identidade política materializada na preservação do rio Paraná como meio de trabalho e de sobrevivência. Devido à representação que tiveram de um parlamentar, ou ainda da autonomia conquistada pela colônia, o fato é que a partir de 1989 os pescadores se organizaram em movimento a ponto de impedir e adiar o derrocamento. Embora em 1996 essa organização dos pescadores não tenha surtido efeito, o movimento dos pescadores já estava constituído, o que indicam as diversas reportagens noticiadas em relação a eles e aos danos ambientais.

Diante dessas questões problematizamos alguns aspectos desse processo de constituição dos pescadores em sujeito coletivo, em movimento social. Evidenciamos a realidade que estava colocada, primeiramente com a formação do lago de Itaipu e os possíveis danos que ela traria à pesca e, posteriormente, a discussão em torno do derrocamento, o que implicaria em mais danos à atividade da pesca. A preservação do rio Paraná teria sido um elemento em comum, de identidade entre esses trabalhadores naquele período. A necessidade que tiveram de defender seu meio de trabalho e sobrevivência se colocou como um elo de ligação entre os pescadores que produziram uma consciência coletiva sobre a situação que estava colocada e, a partir daí, organizaram-se em torno de suas lutas.

Aliado a esse elemento em 1989 os pescadores possuíam como representante no parlamento um pescador, que também era presidente dos mesmos. Esse fato proporcionou a organização dos pescadores em torno do que precisavam defender – a preservação do rio Paraná. Nesta direção nos orienta as considerações teóricas de Hobsbawm acerca do processo de constituição das classes sociais a partir de elementos de identidade que propiciem a união dos trabalhadores em torno de interesses comuns, de classe, e não de interesses individuais (HOBSBAWN, E. 1987) Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial o autor se atentou a observar gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. No entanto, Hobsbawm não percebe a constituição da classe operária inglesa como uma classe pronta e acabada. Para o autor as classes sociais estão sempre mudando, por isso ele as percebe no seu fazer-se.

A preocupação do autor se voltou a entender a classe operária naquele momento através de uma série de fatores comuns que identificassem os trabalhadores e expressassem uma consciência de classe. Entre esse fatores estavam o uso de boné, o estilo de vida e de lazer que apresentavam, a filiação a sindicatos e partidos etc. A vida cotidiana era responsável pela formação de uma consciência de classe que apontava para a união solidária dos sujeitos em busca de melhores condições de existência, o que por sua vez fazia com que houvesse organizações de sindicatos.

Nesse sentido além das condições de vida dos trabalhadores o autor considerou as práticas políticas necessárias para compreender a constituição da classe operária. Ou seja, a preocupação do autor não se voltava apenas com a forma como a classe operária se via, quais eram os elementos de identidade que unia esses trabalhadores na luta por melhores condições de vida e de trabalho, mas também as relações sociais que esses trabalhadores estabeleciam com outras classes e atores sociais e como eram vistos pelos outros atores e classes.

Para perceber então a formação da classe operária Hobsbawm tentou compreender em que medida a expansão de uma nova economia industrial afetou e interferiu na vida dos trabalhadores. Nesse sentido o autor se voltou a entender desde os elementos comuns utilizados como símbolos de identificação da classe até as transformações decorrentes o

processo de revolução industrial como o aumento de tamanho da classe, sua composição ocupacional, ampliação do direito ao voto etc. Através de todas essas mudanças a classe operária demonstrava sinais de sua constituição.

É interessante ainda observar como é que, a partir da expansão do direito ao voto, os trabalhadores tiveram a possibilidade de ocupar um cargo político no parlamento a fim de defender os interesses dos trabalhadores. A partir daí o autor percebe que além dos trabalhadores terem se reconhecido como grupo, eles também foram reconhecidos através de suas práticas políticas como um sujeito coletivo. Nesta direção tentamos, neste trabalho, compreender a constituição dos pescadores em sujeito coletivo e em movimento social não apenas a partir do elemento de identidade que une esses trabalhadores, materializado em seu meio de trabalho e de sobrevivência, que é o Rio Paraná, mas também a partir de suas práticas políticas quando fizeram-se presentes de forma organizada na audiência pública contra o derrocamento em 1989.

No entanto, para compreendermos a constituição dos pescadores em sujeito coletivo se faz necessário voltarmos a atenção para algumas categorias conceituais que ajudarão refletir sobre o fazer-se dos trabalhadores. Nessa direção a leitura das contribuições teóricas de Thompson acerca da categoria experiência nos auxilia nesse sentido (THOMPSON, E. 2009). Thompson, em a Miséria da Teoria, mais especificamente em seu texto “O termo ausente: Experiência”, nos oferece algumas contribuições teórico metodológicas ao se desvencilhar de uma perspectiva dogmática do pensamento de Marx, se colocando em diálogo com esse autor, privilegiando em suas reflexões a importância de a realidade histórica ser compreendida como um processo histórico, em que a categoria experiência possa ser entendida como uma relação entre o ser social e a consciência social. Ou seja, o autor aponta a necessidade de diálogo permanente entre teoria e evidências históricas no processo de construção da história.

Além disso, considerar a experiência social é necessário à medida que, através dela, conseguimos evidenciar a capacidade dos indivíduos de lutarem contra situações impostas. Através disso entendemos que os indivíduos ao viver suas experiências não reproduzem obrigatoriamente a ideologia dominante. Ao contrário, a experiência social pode levar esses indivíduos a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, a construir identidades de classe. Nesse sentido, a classe precisa ser pensada como um fenômeno histórico, resultado das relações entre os homens em seu contexto histórico que se constitui permanentemente em seu fazer-se, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais.

Thompson, porém, não nega as determinações existentes no processo histórico, mas aponta como alternativa a essas determinações perceber o papel dos sujeitos na história. Desta forma, entender um processo histórico é buscar por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Ou seja, homens e mulheres em sua vida material, em suas relações determinadas e pela experiência produzida a partir de suas relações. Essas relações determinadas são entendidas como relações estruturadas em termos de classe a partir da compreensão de que por vivermos em uma sociedade capitalista, vivemos relações de dominação. No entanto essa dominação fruto da sociedade capitalista precisa ser compreendida como uma construção histórica repleta de lutas e contradições. E nesse contexto é de fundamental importância compreender como os sujeitos sociais interpretam a realidade em que vivem.

O autor ressalta que as relações de dominação provenientes das contradições presentes na sociedade capitalista geram conflitos de valores e interesses: “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse;”(THOMPSON, 2009, p.235). Nesta direção as relações de dominação (capitalistas) precisam ser desnaturalizadas, no sentido de se perceber as disputas por valores existentes na sociedade. Como discute Thompson:

Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados (THOMPSON, 2009, p. 240).

Com essa afirmação o autor busca demonstrar que os sujeitos sociais vivem em meio a conflitos por valores e por isso também em meio de condições determinadas. No entanto, para entendermos como pensam e agem esses sujeitos é preciso entender que suas escolhas não podem ser interpretadas de forma racional, mas como fruto de pressões e limites vivenciados com outros grupos sociais. Nesse sentido, o que leva as ações dos sujeitos em busca de melhores condições são as pressões que vivenciam na realidade.

Além de entender o processo de constituição dos trabalhadores em sujeitos coletivos, e o modo como esses sujeitos devem ser compreendidos, também se faz importante observar em que situações os sujeitos sociais são levados a se constituir como sujeitos coletivos. Nesta direção, Eder Sader em “Quando novos personagens entram em cena, ao analisar os movimentos populares de São Paulo”, nos oferece uma reflexão acerca da experiência desses movimentos (SADER, E. 1988). Ao estudar os novos sujeitos sociais criados a partir da prática política e social e, desvencilhados de qualquer forma de organização ou instituição que os organizasse, o autor pode perceber que os sujeitos sociais se organizaram a partir da necessidades de mudarem as condições sociais em que viviam.

A análise dos movimentos sociais realizada pelo autor permite uma reflexão sobre a constituição desses movimentos, quais são suas práticas, suas ideologias, o que seus projetos sociais anunciam e o que querem responder com seus projetos. Todas essas questões nos permitem interpretar os espaços de reprodução da força de trabalho dos trabalhadores não apenas do ponto de vista do capital, mas de sujeitos que interagem nesse processo. O que está colocado em relação aos movimentos sociais é perceber os sujeitos que os compõem em sua subjetividade. Nesse sentido, numa visão materialista os trabalhadores precisam ser vistos como sujeitos que agem e interagem no processo histórico.

O desenvolvimento do capitalismo cria, constantemente, contradições que são vividas pelos trabalhadores, na maioria das vezes, como privações. Falta educação, saúde, moradia, emprego etc., e esta situação pode ser experimentada como um sentimento de injustiça. Os movimentos sociais feitos pelos trabalhadores, muitas vezes são a tradução dessas injustiças. Mas muitas vezes os trabalhadores não se movimentam contra tal situação. Isso nos permite pensar não a estabilidade da classe, nem tampouco a concebemos numa visão funcionalista, mas interpretá-la a partir de sua processualidade histórica. Embora derrotados, como apontado por Sader, os trabalhadores, ao demonstrar suas formas de resistência, permitem a percepção dos significados atribuídos por eles em relação as suas condições de vida e de trabalho.

A partir da constituição dos pescadores em sujeitos coletivos verifica-se pela imprensa a tentativa desses trabalhadores de expor sua condição ao mesmo tempo que as reportagens expressam as suas formas de lutas. Porém, antes de 1989 não havia, nos jornais investigados, registros das reivindicações dos pescadores. O derrocamento realizado naquele mesmo ano parece ter sido o motivo para os pescadores se constituírem em torno de demandas específicas.

A partir desse período as reportagens sobre denúncias e reivindicações dos pescadores passaram a serem noticiadas com maior frequência, demonstrando a visibilidade que os pescadores construíram a partir da imprensa. Apesar de conseguirem impedir e adiar a obra de derrocamento, em 1996 ao sentirem-se ameaçados por tentarem novamente impedir a obra acabaram por aceitar a proposta de ressarcimento. Isso, porém, não impediu que os pescadores continuassem organizados em torno de melhorias para a categoria e na luta pelo cumprimento da indenização. No entanto, a expectativa de direito construída pelos pescadores

iniciados na profissão após o derrocamento provocou a divisão e uma disputa política entre os mesmos, o que leva a enfraquecer suas formas de lutas.

Como se não bastasse os problemas vivenciados por esses trabalhadores, recentemente eles vêm sentindo novamente as ameaças de terem seu meio de trabalho e sobrevivência prejudicados devido a nova proposta de derrocamento. Como em 1996 não obtiveram êxito ao tentarem impedir o derrocamento através de manifestações, atualmente os pescadores buscam judicialmente impedir o processo de licenciamento ambiental.

Através de um processo movido contra o Ibama, União e o Dnit, os pescadores buscam impedir o licenciamento ambiental que possibilite a realização da ampliação do canal de navegação no Rio Paraná, para a construção de uma hidrovia, denominada Hidrovia Paraná-Tietê. Além disso, pleiteiam também uma indenização, caso a obra seja realizada, revelando a falta de insegurança que permeia a luta dos pescadores, o que também pode ser entendida como uma forma de assegurarem um recurso financeiro que lhes garantam a sobrevivência.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a investigação. Depto. De Geociências – CCNE/UFSM. Pós doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – Vol. 10 n.2, 2009, p. 9.

HOBBSAWM, Eric J. “O fazer-se da classe operária”. In *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*/ Eric J. Hobsbawm: tradução d Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Experiência: o termo ausente. A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros. 2009. Copyleft.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80*/ Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Notas

ⁱ Jornal Ilha Grande, 19/07/1998, p. 1

ⁱⁱ Disponível em <www.rioparanazão.com.br>. Acesso em 18 Out. 2009.

ⁱⁱⁱ Jornal Ilha Grande. 12/03/1989, p. 1.

^{iv} Jornal Ilha Grande, 07/02/1989, p. 4.

^v Jornal Ilha Grande, 12/11/1995, p. 1.

^{vi} Jornal Ilha Grande, 11/02/1996, p. 1.

^{vii} Jornal Ilha Grande, 19/07/1998, p. 1.

^{viii} Processo movido pelos pescadores contra o DER, 20/07/2005, fornecido pelo pescador José (nome fictício).

^{ix} Disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em 18 Out. 2009.